

Teoria e prática: diversas abordagens epistemológicas

Silvio Sánchez Gamboa (Unicamp)

Para a filosofia da práxis o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; faz-se esta separação, cai-se numa das tantas formas de religião ou de abstração sem sentido.

Gramsci (Notas sobre Maquiavelo)

Resumo: A tradição filosófica problematiza ao longo da sua história a relação entre a teoria e a prática. O entendimento da teoria e da prática como polos separados da relação gerou e desenvolveu os dualismos e as primazias, ou da teoria (idealismos), ou da prática (pragmatismos). A compreensão da unidade de contrários (dialéticas) produz novas perspectivas históricas. No jogo dessas controvérsias a Educação Física constrói seu campo científico e profissional.

Introdução

O V colóquio de Epistemologia da Educação Física dedica seus trabalhos e reflexões à problemática da relação teoria e prática: diversas perspectivas. Um dos problemas mais significativos da formação e do exercício profissional se refere à separação entre o domínio de saberes e referências teóricas e a organização e realização das atividades próprias de cada profissão. Dependendo da forma de abordar essa separação, seja com base no dualismo entre a teoria e a prática, ou na compreensão da sua relação como unidade de contrários desdobram-se diversos problemas epistemológicos que influenciam a pesquisa e a atuação profissional na Educação, na Educação Física, assim como, nos diversos campos profissionais.

Dentre dos subtemas abordados o V Colóquio EPISTEF propõe “a relação teoria e prática: abordagens epistemológicas”, cuja ementa enuncia: “A tradição filosófica problematiza ao longo da sua história a relação entre a teoria e a prática. O entendimento como polos separados dessa relação gerou e desenvolveu os dualismos e as primazias, ou da teoria (idealismos), ou da prática (pragmatismos). A compreensão

da unidade de contrários (dialéticas) produz novas perspectivas históricas. No jogo dessas controvérsias a Educação Física constrói seu campo científico e profissional”.

Convidado a desenvolver essa temática integro a problemática geral e o subtema anterior sob o título: Teoria e prática: diversas abordagens epistemológicas. A problemática específica abordada se refere às diversas abordagens epistemológicas da relação entre teoria e a prática e suas contribuições para a compreensão dos conflitos contemporâneos na constituição dos campos profissional e científico da Educação Física.

Esta comunicação é organizada nos seguintes tópicos: 1) definições e questões teórico-metodológicas: maneiras de abordar os sistemas de relações: a totalidade e as partes (a unidade e a diversidade); 2) a práxis ou a compreensão dinâmica e contraditória da relação entre teoria e prática e a controvérsia dos dualismos e das primazias; e, 3) os desdobramentos dessas compreensões na construção dos campos profissional e científico da Educação Física.

1. Definições e questões teórico-metodológicas

1.1. Algumas definições. As definições prévias expostas a seguir são pertinentes para a delimitação das informações e a definição dos lugares das leituras e das interpretações sobre uma problemática complexa e polêmica como é a relação entre teoria e a prática e sua importância na constituição dos campos profissional e científico da Educação Física. As definições se referem ao conceito de epistemologia e sua compreensão no seio do Grupo Temático de Trabalho GTT Epistemologia do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte CBCE, organizador deste importante evento. Outras delimitações se referem às diversas abordagens epistemológicas das relações entre as categorias de “totalidade” e de “parte” entre a “unidade” e a “diversidade”, categorias que diferenciam maneiras de ver os processos de articulação entre a teoria e a prática no universo da formação dos campos profissional e científico da Educação Física.

O conceito de epistemologia tem sua origem na composição grega *episteme* (conhecimento) e *logos*, (razão, explicação) e significa o estudo da natureza do conhecimento, a sua justificação e seus limites. (AUDI, 2004). Essas três dimensões são representadas pelas controvérsias filosóficas acerca da possibilidade, das fontes, da essência e dos critérios de validade de um conhecimento sistemático (*episteme*), que por ter o imperativo de explicitar e justificar os métodos, ou seus caminhos e formas da elaboração dos seus resultados se diferenciam dos saberes fundados nas tradições e no senso comum (*doxa*) e na razão mítica e nas religiões (*Mitus*). (Cf. SÁNCHEZ GAMBOA, 2005).

No campo da Educação Física o uso do termo epistemologia vem se referindo aos “pressupostos teórico-filosóficos” que definem e diferenciam as diversas

abordagens teórico-metodológicas utilizadas na pesquisa científica. A caracterização desses pressupostos epistemológicos ajuda a diferenciar diversas formas ou modelos de produção e trato do conhecimento científico e critérios diferenciados de validar esse conhecimento e de compreender o campo profissional e científico da Ed. Física.

1.2. Questão de método. O método se refere aos caminhos do pensamento ou da argumentação; se refere também aos as maneiras de abordar uma problemática. Neste caso a problemática da relação entre teoria e a prática. Inicialmente podemos diferenciar três tipos de abordagens: a) as abordagens da separação, da segmentação, da distância, da diversidade: quando se tomam os termos de uma relação como sendo entidades separadas, neste caso como dois entes definidos em si mesmos, como duas situações autônomas ou como duas partes distantes. Quando se relaciona à teoria e a práticas estas são entendidas como partes. Esse olhar inicial sobre as partes, os segmentos as diversidades é próprio das abordagens analíticas ou das filosofias da diversidade (predomínio da parte sobre o todo); b) já as abordagens do conjunto, das globalidades busca a primazia da totalidade sobre as partes. As partes são somadas, articuladas e justapostas no todo. As partes não são independentes do todo nem tem dinâmica própria (as perspectivas sistêmicas, organicistas, holísticas); c) a terceira abordagem inicia o processo a partir da unidade (totalidade) que integra as partes sem anulá-las, mas mantendo as suas especificidades, suas diferenças numa relação de inter-relação. As partes são dinâmicas e entram em conflito entre si. Essa abordagem é conhecida como a unidade de contrários. Essa abordagem ajuda a entender as inter-relações entre os diversos fenômenos e as dinâmicas históricas (perspectiva do conflito entre todo e as partes, das totalidades dinâmicas e das especificidades).

No caso da relação entre teoria e prática, segundo essa terceira abordagem, reconhece-se uma unidade que as articula e cada uma dessas partes tem sua especificidade e sua dinâmica que gera uma contradição entre elas.

A unidade básica, fundante da relação entre teoria e prática está no próprio ser humano e na produção da sua existência. O ser humano não nasce feito, terminado, completo, ele precisa ser construído. Desde que o homem é homem, ele precisa produzir a sua própria existência e se desenvolve pela mediação concreta com a natureza e como os outros homens (trabalho e sociedade).

A produção da existência implica uma dinâmica de relações cuja base é a relação fundante do homem-natureza-homem. A natureza fornece as condições físico-biológicas para a constituição de cada indivíduo e a relação com os outros homens fornece a condição social humana para a produção da natureza propriamente humana em cada indivíduo. Essas condições e esses ingredientes postos, a natureza físico-biológica e a natureza social humana não geram o indivíduo pela simples junção,

precisam integrar um processo produtivo, estabelecendo relações do homem com a natureza e com os demais homens.

Essa relação do homem com a natureza (adaptação, apropriação e transformação) se expressa através de processos produtivos: O TRABALHO (a forma mais desenvolvida e aprimorada). A educação que tem a especificidade de relacionar o indivíduo com os outros homens é um desses processos produtivos inerentes ao ser humano, originando-se no mesmo processo que deu origem ao homem.

A especificidade dos processos de produção foi diferenciada pelos gregos (século V a.C.) quando se perguntaram sobre os tipos de produtos resultantes da ação do homem. Para a produção de bens materiais, objetos e mercadorias, bens de uso e de troca, precisavam de ações definidas com os termos de *Poesis* (fabricação) e de *thechné* (técnica). A característica dessas ações é a geração de objetos que uma vez elaborados se separam do processo produtivo e ganham objetivação. Esses produtos podem ser trocados, divididos, partilhados e vendidos acumulados e o autor ou o produtor perde os bens na relação da troca (bens partilháveis, divisíveis).

Entretanto, existem outras ações que não geram produtos externos e não estão submetidos às relações de quantidade (troca, divisão, acumulação). Esses produtos são os bens não materiais. Esses bens têm a características de se localizarem mais no processo que no resultado ou processo. Eles se afirmam no próprio processo. Para essas ações foram definidos os termos de *prática* ou *práxis*. A produção desses bens acontece e se desenvolve com a prática dos mesmos. É o caso da política, a educação, as virtudes e as potencialidades. Enquanto mais se praticam, mais se desenvolvem. E têm a característica de não serem passíveis de troca, divisão ou quantificação. Esses bens são participáveis (qualidade indivisível). São bens que no ato de serem participados não se perdem ou diminuem. No exercício da participação política, ou do processo de ensinar não se perde nem a capacidade política, nem os saberes ou conteúdos ensinados. O bem se desenvolve na prática e no próprio processo. Em síntese, esse processo de produção de bens não materiais corresponde a ações que se caracterizam por se desenvolverem em si mesmas e o produto se confunde com o processo. Esse processo se denomina *práxis*.

O termo *práxis* se origina do verbo *pattin*: agir e significa uma ação com fim em si mesma, que não cria ou produz um objeto alheio ao agente ou à sua atividade. Para Aristóteles a ação moral é *práxis* nesse sentido, pois não produz nada fora de si; a atividade do artesão, ao contrário, ao produzir um objeto exterior ao sujeito, não é *práxis*, mas, *poesis* (fabricação), ou seja, um ato de produzir ou fabricar algo.

A *práxis*, além de ser diferente da fabricação, também se diferencia da técnica (*tekhne*). Aristóteles diferencia a *práxis* política, ou arte de dirigir na prática os assuntos públicos que exige processos e conhecimento aprofundados da dinâmica da cidade, da *tekhne* que consiste num saber fazer; o técnico é o homem que sabe fazer as

coisas, sabe que os meios devem empregar para alcançar os fins almejados. A *tékhnē* não nos dá um conhecimento imediato das coisas (experiência das coisas) e certo saber universal, uma ideia das coisas. Nesse sentido, a *tekhné* pode ser ensinada, porque se pode falar dela na forma de “saber fazer”.

Já a *práxis* implica uma relação dinâmica (processo) entre pensar e fazer entre a teoria e a prática. Essa relação dinâmica gera a tensão dialética entre dois polos ou pontos que se unem e se relacionam entre si. Que se dinamizam na contradição. Nesse sentido o processo se estabelece como unidade de contrários.

1.3. O trabalho como unidade básica entre teoria e prática. O trabalho como a ação mais qualificada do homem se expressa na sua fase mais desenvolvida como uma ação coletiva transformadora da natureza e do próprio homem. O homem como ser social transformador da natureza e das condições materiais realiza processos produtivos diferenciados: trabalho material que gera produtos e mercadorias e trabalho não material, assim denominado por ter como objeto a transformação de si mesmo.

A produção social da existência humana e tido como trabalho não material e nele se integram a capacidade de produzir (*Homo faber*) os bens necessários para a reprodução da vida humana no mundo e para produzir o próprio homem (*homo sapiens*). No processo do trabalho acontece a unidade inseparável entre o “*homo faber*” e o “*homo sapiens*”.

Assim, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano, um resultado da sua ação transformadora. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se torna mais complexo ao longo do tempo: é um processo histórico (Cfr. SAVIANI, 2007).

O caso mais significativo do trabalho, pelo menos para os educadores é o trabalho educativo. O que o trabalho educativo produz? Indaga Duarte. Segundo este autor,

Ele produz, nos indivíduos singulares, a humanidade, isto é, o trabalho educativo alcança sua finalidade quando cada indivíduo singular se apropria da humanidade produzida histórica e coletivamente, quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários à sua formação como ser humano, necessária à sua humanização. Portanto, a referência fundamental é justamente o quanto o gênero humano conseguiu se desenvolver ao longo do processo histórico de sua objetivação (DUARTE, 2000:11).

No mesmo sentido Saviani complementa:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007: 154).

Sendo a essência humana definida pelo trabalho, continua sendo verdade que sem trabalho o homem não pode viver. Mas com o surgimento das classes sociais e da propriedade e o controle privado da terra onde os homens vivem coletivamente tornou possível aos proprietários viver do trabalho alheio; do trabalho dos não proprietários que passaram a ter a obrigação de, com o seu trabalho, manterem-se a si mesmos e ao dono da terra, convertido em seu senhor. Surge historicamente o trabalho alienado e sua divisão entre trabalho manual (escravo) e trabalho intelectual (senhor). Essa divisão do trabalho também repercutiu na separação entre prática e teoria.

A divisão da sociedade em classes sociais e o trabalho em manual e intelectual e sua distribuição está sendo permanentemente transformada, no processo histórico da humanidade desde a escravatura, passando pelo modo de produção feudal e na sua forma mais desenvolvida no atual modo capitalista de organizar a produção da vida dos homens. Em todos esses processos o trabalho desempenha um papel importante de protagonismo, embora adquira diferentes formas ao longo da história. Nesse sentido “é importante distinguir entre o trabalho em sua acepção geral - como ‘atividade produtiva’ e como a determinação ontológica fundamental da ‘humanidade’[...] e a acepção particular, na forma de ‘divisão do trabalho’ capitalista. É nesta última forma, que o ‘trabalho’ é a base de toda a alienação. (MÉSZÁROS, 2006: 78). Essa distinção é fundamental para tratarmos da categoria formação humana, ou seja, da forma pela qual, através de quais relações, o homem se desenvolve como ser humano-genérico. E para entender a educação como trabalho que produz a existência humana.

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas de atingir esse objetivo (SAVIANI, 1991: 21).

2. A práxis: A compreensão dinâmica e contraditória da relação entre teoria e prática e a controvérsia dos dualismos e das primazias.

Uma vez que a compreensão da relação entre a teoria e a prática deve ter como pressuposto a sua unidade na produção histórica e coletivamente da humanidade em cada um dos indivíduos, ou na unidade do processo do trabalho como ato da

transformação da natureza e do próprio homem, vejamos as especificidades tanto da teoria, como da prática no seio da sua relação.

Teoria e prática são duas categorias que indicam sempre uma relação. Entretanto, não existe consenso na interpretação dessa relação. Algumas tendências defendem o primado da teoria perante a prática; outras, o primado da prática como forma de supremacia que confere validade à teoria. (...) Tanto a teoria como a prática, são partes da ação social humana, a qual não resulta de uma teoria posta em prática, nem de uma prática que se torna teoria, mas na inter-relação dinâmica e complexa em que uma confronta à outra. O termo práxis foi criado para denominar essa dinâmica (SÁNCHEZ GAMBOA, 2010: 45).

Da mesma maneira como indicamos no início desta comunicação quando apresentamos as diversas abordagens de entender a relação entre diversos elementos, podemos verificar que historicamente se apresentam diversas maneiras de entender as relações entre a teoria e a prática. Na citação anterior é possível identificar pelo menos duas: a) as abordagens da separação/aproximação e b) as abordagens da unidade/conflito.

2.1. As abordagens da separação/aproximação.

Neste grupo de abordagens, a teoria e a prática são entendidas como fatores separados e distantes, como situações diferentes e opostas. Dada à abordagem inicial da separação, a relação se estabelece quando os elementos separados se aproximam entre si. Para tanto, é tomado um desses elementos como referência, como polo principal ou fator primário. Seja essa referência, a teoria ou a prática. Dependendo dessa primazia ou polo principal, a relação se estabelece aproximando o segundo polo em direção do polo primário. O movimento de aproximação chegará até o patamar máximo da total aproximação ou coincidência, justaposição, ou ajuste entre as duas partes. Dessa forma busca-se superar qualquer distância, diferença ou conflito. As abordagens da separação e da diferença buscam em última instância anular o desequilíbrio ou distância. Em síntese, as abordagens das diferenças buscam como solução o ajuste e o equilíbrio entre o pensar e o fazer. Nesse caso, é possível chegar à articulação entre pensamento e ação; ação e reflexão: buscando o equilíbrio entre teoria e prática e a superação de seus conflitos e diferenças.

Dependendo da referência básica ou primária, apresentam-se diversas perspectivas. Se a referência básica é a teoria é de se esperar que esta exerça a sua primazia sobre a prática. Isto é, a prática deve-se submeter à teoria. Tal primazia é defendida pelas correntes filosóficas conhecidas como *Racionalismo e Idealismo* que se caracterizam por privilegiar a teoria. O fato do pensar e de planejar se antecipam à realização da ação. O pensar serve para orientar e controlar as práticas. A primazia do

pensamento (plano, teoria, projeto, diretriz) conduz o processo a sua execução por meio da prática e da ação. O equilíbrio será procurado na adequação da prática à teoria, da fazer ao pensar.

As correntes contrárias se caracterizam por priorizar a prática e se conhecem na história da filosofia como o *Pragmatismo-utilitarismo*. A primazia da prática que identifica essa abordagem supõe o “fazer” antecipando-se ao pensar, à racionalização e à justificativa ou sendo determinados pelas ações. A primazia da prática e da ação conduz o processo à teorização e à reflexão sobre essa prática. E o equilíbrio consistirá na aproximação da teoria à prática e na adequação do pensar ao fazer.

Na história da Filosofia é possível identificar alguns representantes e algumas teses destas duas correntes:

Para a concepção racional-idealista que privilegia a teoria, a prática vem a ser a projeção e extensão das ideias: Platão (427-342 a. C.), Leibnitz (1646-1716), Kant (1724-1804), Hegel (1770-1831) e Dilthey (1833-1911), Windelband (1848-1915) e Weber (1864-1920) são os principais representantes dessa corrente. Alguns exemplos das suas teses são: para Hegel, a ideia absoluta transcende o mundo. O mundo real é apenas uma realização progressiva desta ideia absoluta; Dilthey traz esse idealismo para o estudo científico da ação social: método compreensivo; Weber propõe um modelo “ideal” para pesquisar e compreender uma ação social (modelo real); o funcionalismo: compreende a ação controlada nos limites sociais em função dos quais se devem pautar as condutas do indivíduo.

Já a concepção pragmatista-utilitarista que privilegia a prática assume como critério a adequação do pensamento à prática. De acordo com a filosofia anglo-saxônica: “O critério de verdade reside no valor prático, no sucesso e na eficácia (...). As aplicações práticas constituem a verdade de uma lei e de uma teoria científica”. Dentre os autores dessa corrente temos: D. Hume (1711-1776), J. Bentham (1748-1832), Stuart Mill (1806-1873), C.S. Pierce (1830-1914), W. James (1842-1909) e J. Dewey (1859-1952). Algumas teses que servem de exemplo são: a prática experimental é o único critério da verdade científica e a teoria transforma-se com base nos resultados eficazes da ação humana; o conhecimento autêntico consiste no útil que é passível de verificação prática (pragmatismo- utilitarismo); o mandamento moral do pragmatismo consiste em fazer o que é rentável e o que proporciona lucros.

Pierce, um dos autores que se destacam nessa corrente oferece as seguintes contribuições. Ele cria o termo *pragmatismo*, para identificar uma atividade relativa a fins humanos determinados, reconhece uma “conexão indissolúvel entre conhecimento racional e fim racional”. A adequação do pensamento ao real significa a capacidade de o intelecto submeter-se às verificações da experiência. Os conceitos são estabelecidos pelo intelecto, para constituírem sínteses, cada vez mais fecundas dos dados da experiência (teoria da Significação); Dewey: a função do pensamento é transformar

situações problemáticas e indeterminadas em situações determinadas e resolvidas. Para isso, o homem cria ideias, conceitos, leis, teorias as quais utiliza em função da sua unidade e sua comodidade; Bentham: a utilidade tem duas dimensões: o máximo de felicidade individual e o máximo de felicidade para o maior número de indivíduos (origem no Hedonismo grego; escola cirenaica); Stuart Mill, preocupado com a qualidade dos prazeres, conclui que o indivíduo deve, por interesse, em última instância, querer a sua felicidade e a felicidade de todos.

A busca do equilíbrio e da aproximação nestas correntes que defendem tanto a primazia da teoria, defendida pelas abordagens ideal-racionalistas, como a primazia da prática, defendida pelas abordagens pragmático-utilitaristas, buscam, tem como critério de verdade ou validação, o equilíbrio entre uma e outra, a identidade ou aproximação entre elas. A verdadeira teoria é a que expressa os resultados da prática, ou a que está mais próxima da aplicação prática. A verdadeira prática é a que coincide com a proposta, com o perfil ideal, com o plano de ação. A prática que encarna o pensamento, a ação, que executa a ideia, é mais verdadeira na medida em que diminuem as diferenças em relação ao pensamento e/ou ideia.

2.2. As abordagens da unidade e do conflito.

Estas abordagens têm como base a compreensão dialética da unidade de contrários (teoria e prática) e prioriza a relação entre elas e o processo de inter-relação (dinâmica da transformação). Supõe como tese a unidade entre pensamento e ação e como antítese a negação dessa unidade no conflito e a tensão entre prática e teoria, que opera como um distanciamento ou reflexão crítica que se desenvolve no confronto entre o fazer e o pensar. A síntese acontece na práxis que significa a transformação da prática e a transformação do pensamento num novo patamar de unidade. (síntese).

Ao contrário de outras concepções que abordam a relação entre teoria e prática a partir da separação e da diferença e que visam à adequação, o ajuste ou o equilíbrio entre a teoria e a prática, a práxis expressa a importância de abordar a teoria e a prática como partes de uma unidade: a ação social humana e, na sua forma mais desenvolvida, como partes de um mesmo processo produtivo e, ainda na forma mais aprimorada, no **trabalho** que transforma a natureza e o próprio homem. Entretanto, essa unidade não supõe uma agregação de elementos inertes e passivos, mais a articulação de partes dinâmicas que tem especificidades que tencionam e se “movimentam” em sentido contrário, gerando transformações mútuas e na mesma totalidade que integra as partes. Daí por que essa abordagem pode ser definida como “unidade de contrários”.

Segundo Rod (1977), a unidade e reciprocidade entre teoria e prática qualificam-se como dialética, quando há,

uma relação existente entre dois momentos de uma totalidade que se condicionam reciprocamente entre si, onde a totalidade é determinada pela relação entre os momentos e por sua vez, momentos estão condicionados pela totalidade (ROD, 1977: 47).

Assim, segundo Cheptulin, “a identidade dos contrários é um momento da contradição, que é tão necessária, quanto a sua diferença” (1982: 288).

A concepção dialética concebe a relação entre teoria e prática não como ajuste entre elas, seja adequando a teoria à prática ou vice-versa, mas, como conflito e tensão entre dois polos opostos numa mesma unidade. Uma prática ou uma teoria se inserem num movimento e numa inter-relação de forças e tensões em que uma se constitui na antítese da outra; uma nega a outra e vice-versa (princípio da negação da negação), porque estão inseridas num projeto longo, numa cadeia de ações e reações de caráter social e histórico.

A teoria e a prática não se opõem como dois campos distintos ou separados: as duas são parte de uma mesma realidade: a ação social humana. A prática mais simples supõe objetivos, normas, intencionalidade, motivos, justificativas, às vezes explícitas ou evidentes; outras podem estar escondidas, ou supostas. Mas, quando essa prática é submetida a uma análise, revelam-se pressupostos e interesses complexos.

A unidade dinâmica e contraditória entre a teoria e a prática se denomina *práxis*.

A categoria da *práxis* passa a ser em Marx uma categoria central e à luz desta é que se devem abordar os problemas do conhecimento, da história, da sociedade e da própria realidade. O sentido dado pelo marxismo é o de uma atividade humana que produz objetos ou transformações sociais na realidade. Segundo Gramsci, o marxismo é a filosofia da *práxis*. Com Marx, o problema da *práxis*, como atitude humana transformadora da natureza e da sociedade, passa para o primeiro plano¹.

A *práxis* transformadora (Gramsci) engendra uma realidade histórica nova dentro de condições determinadas por uma *práxis* anterior,

para a filosofia da *práxis* o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; faz-se esta separação, cai-se numa das tantas formas de religião ou de abstração sem sentido. (GRAMSCI, Notas sobre Maquiavelo, s/d, p. 63).

Para a Filosofia da *Práxis* nenhuma ação prática pode ser analisada como fato isolado, ou como ação em si mesma. Toda análise deste tipo seria fragmentada, incompleta e falsamente totalizante.

¹ Estudos aprofundados sobre a *práxis* podem encontrados em Sánchez Vasques (1969, 2007), Markovic (1968), Palazón Mayoral (2006), Kosik (1995), Astorga (1986).

A dialética, na sua fase operacional é um método de compreensão da realidade que não se esgota na interpretação dessa realidade, gerando uma teoria sobre a mesma (Cfr. MARX: Teses sobre Feuerbach, 1981). A ligação necessária com a prática faz com que essa compreensão seja crítica e gere uma teoria também crítica. É crítica com relação à realidade e com relação à mesma prática transformadora.

A teoria submetida ao confronto com a prática coloca-se em tensão. Apenas na medida em que a teoria está “em tensão” com a prática, ela consegue ser teoria crítica “da” e “para” a prática.

A teoria transforma-se na negação da prática porque a confronta: a prática coloca em xeque a teoria, porque em vez de se ajustar a ela, transforma-se em seu contrário. Desse modo, a relação teoria-prática é, em verdade, uma relação dialética. E como tal, não procura o equilíbrio, o ajuste, a acomodação de uma à outra, visa à sua contradição, isto é, à tensão permanente entre elas (SÁNCHEZ GAMBOA, 2010: 45).

Na dialética, a teoria válida é a que questiona, gera tensão e transforma a prática. E a prática significativa é a que faz pensar, a que desmonta, questiona e transforma a teoria. Essa dinâmica mútua de transformação gera um processo permanente de emancipação.

3. Os desdobramentos dessas compreensões na construção dos campos profissional e científico da Educação Física.

Depois de apresentar as formas diversas de entender a relação entre a teoria e a prática e de explicitar algumas das suas características podemos anunciar alguns desdobramentos dessas abordagens e dos conflitos entre as diversas concepções no campo profissional e científico da Educação Física.

3.1. Formação profissional. A formação profissional atual se originou no começo do século XIX quando se criou uma nova maneira de capacitação dos trabalhadores, superando o modelo de corporações de ofício. Essa tentativa política de superar o modelo de formar a força de trabalho para os diversos ofícios se caracterizou pela busca de integração das práticas, desenvolvidas pelos artesões operadores, oficiantes ou servos, com os saberes acumulados e sistematizados pelo movimento dos enciclopedistas. Buscava-se dessa forma uma nova tentativa histórica de articular a fase prática da produção atrelada ao trabalho manual da fase teórica, atrelada ao trabalho intelectual. A forma predominante acontecia nas corporações de ofícios, onde um mestre transmitia seu saber fazer aos discípulos num processo de dependência e de acumulação de resultados centralizado na figura do mestre. Esse modelo que reproduzia as formas feudais de produção foi alterado profundamente pela Revolução Francesa

(1789), até culminar com o Decreto d'Allarde (1791) que coloca na ilegalidade as corporações de ofício.

Perante o vazio da falta de uma forma que correspondesse às condições do novo regime, Bonaparte encomenda à Universidade de Paris (1806) uma importante pesquisa sobre os ofícios existentes e que mantinham os processos produtivos da sociedade. Com base nesse levantamento foi atribuída a mesma Universidade de Paris a elaboração de uma importante reforma que estabeleceu os padrões das novas profissões. A tarefa da Universidade consistia em identificar os ofícios e transformá-los em profissões, na medida em que articulava as atividades do oficial ou prático com os saberes teóricos e científicos acumulados e sistematizados pelos enciclopedistas e pela mesma universidade. A elaboração de um currículo para cada nova profissão deveria atender às necessidades que os ofícios tinham para serem aprimorados, se apropriando dos saberes científicos necessários para transformar o saber prático numa profissão integrando nela a formação científica. Assim, por meio dos currículos profissionais era possível superar o saber prático do oficial e aproveitar o saber teórico dos enciclopedistas, gerando uma nova forma de capacitação da força de trabalho que superasse as corporações de ofício. Dessa forma a universidade se transforma numa “instituição prática” superando assim sua fase ilustrada e erudita separada do mundo produtivo e atendendo a necessidade de consolidação do novo regime de produção capitalista².

3.2. Conflitos no campo da formação profissional. A história sobre a criação das profissões revela uma tentativa de superação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual e a divisão histórica entre o fazer e o pensar. O fazer protagonizado pelos ofícios (o leigo, o técnico, o servo) e o pensar atribuído ao profissional que tem acesso à formação científica (domínio de saberes acumulados) que exige o domínio das teorias que iluminam a prática. A tentativa de superação das corporações de ofício e da divisão do fazer e do pensar na proposta da formação profissional, integrando saberes práticos e saberes científicos, também revelou os limites e as contradições desse novo modelo profissionalizante. O simples ajuste, ou aproximação entre saberes práticos e os saberes científicos acumulados revelaram graves entraves e contradições, dentre eles a falta de inovação. O ajuste mecânico entre saberes práticos e científicos, através de processos de ensino (modelo napoleônico profissionalizante da Universidade de Paris (1806) se confrontava com um novo modelo que surgia na Universidade de Berlin

² À universidade de Paris foi legado o poder do Estado para emitir os diplomas profissionais. A partir dessa atribuição, as universidades reconhecidas oficialmente pelos Estados nacionais são as únicas instituições que conferem os títulos profissionais. Nesse sentido, a rigor, somente é profissional numa determinada área quem é portador do diploma universitário, mesmo estando desempenhando a função correspondente. Neste caso, antes de receber o diploma universitário e a autorização legal para desempenhar uma profissão, é apenas um “oficiante”, aquele que desempenha um ofício.

(1810) e que atendida à necessidade da produção de novos saberes. A reforma da Universidade de Berlim propõe uma nova reforma incluindo a pesquisa (produção de conhecimentos) como nova função orgânica da universidade e revelando os limites da universidade profissionalizante napoleônica, centralizada apenas na transmissão e incorporação dos saberes científicos já elaborados. O modelo da Universidade de Berlim apresenta uma nova dinâmica e revela o conflito entre os processos de ensino e de pesquisa.

Hoje a formação profissional no campo da Educação Física não é alheia ao conflito entre a teoria (agenda idealista) e prática tecnicista (a volta do pragmatismo). Esse conflito se expressa nos currículos dos cursos formadores dos profissionais quando se discute quais saberes científicos são necessários para a profissionalização e para fundamentação das diversas práticas nos diversos campos de atuação vinculados à área.

Uma primeira controvérsia aparece na tentativa de profissionalizar todos os campos de atuação (danças, esportes, jogos, manifestações culturais onde tenha expressões corporais, etc.). O que fazer com os “praticantes” os “oficiantes” os “leigos” não profissionais. De que forma o campo profissional deve controlar o campo de atuação? O que significa a regulamentação da profissão? O título profissional universitário não é suficiente para legalizar a atuação profissional? Que outros interesses estão em jogo nesse conflito entre os profissionais detentores dos saberes teóricos e científicos e os práticos executores dos saberes práticos?

A segunda controvérsia se refere aos saberes científicos e às teorias que devem ser prioritários na formação profissional. O conflito das primazias entre as Ciências físico-biológicas (Biologia, Anatomia, Biomecânica, Fisiologia, Física, etc.) e as Ciências Humanas e Sociais (Pedagogia, Psicologia, Sociologia, Filosofia, História, etc.). Essa controvérsia produz flutuações e tendências que revelam conflitos mais complexos, como é a situação do conflito do colonialismo epistemológico. Esse colonialismo se expressa quando se adotam algumas ciências e teorias consideradas básicas para a formação do campo científico. Essas ciências sejam oriundas das áreas físico-biológicas, ou das áreas humanas e sociais são tidas como referências ou ciências-mães, cujos saberes devem ser iluminadores da prática e cujas teorias devem ser aplicadas, ou orientar a prática. Tal perspectiva idealista toma como ponto de partida, as teorias oriundas das ciências (Biologia, Anatomia, Biomecânica, Fisiologia, Física, Pedagogia, Psicologia, Sociologia) que devem ser aplicadas às práticas e aos fenômenos (esporte, ginástica, jogos, lutas, dança, movimento humano, etc.). A passagem pelo campo da prática e o mundo dos fenômenos permitirá confirmar as teorias que também são tomadas como ponto de chegada. Esse movimento ou circuito da teoria, passando pela prática e voltando à teoria é o que caracteriza o “colonialismo epistemológico” já que os campos da prática são invadidos pelas teorias e as ciências mães. O campo da prática (a Educação Física) não tem autonomia científica perante a

importância epistemológica das teorias e das ciências básicas. Essa dependência determina o estatuto científico do campo da Educação Física, reduzido a um espaço de “ciências aplicadas”. Algumas denominações ilustram essa dependência: Fisiologia **do** esforço, Sociologia **do** Esporte, Fisiologia **do** movimento, Psicologia **da** aprendizagem motora, Pedagogia **do** movimento, História **da** Educação Física, etc. Neste caso temos a primazia das teorias e das disciplinas e sua aplicação no campo da prática.

A reversão desse processo ou circuito exige um movimento contrário que toma como ponte de partida o campo da prática e o mundo dos fenômenos (jogos, lutas, danças, ginástica, atividades físicas, esportivas, recreativas, de lazer, movimento humano, etc.) busca-se nas disciplinas teorias e conteúdos apropriados e pertinentes que ajudem a compreender essas práticas e fenômenos. Nesse caso o movimento procura nas teorias a compreensão da prática. Essa perspectiva “pragmatista-utilitarista” supõe a desconstrução das teorias como entidades explicativas e autônomas e entram num jogo de apropriação multidisciplinaridade em que perdem sua primazia e são “utilizadas” ou “validadas”, somente perante as práticas que estão sendo compreendidas.

Entretanto, esse movimento ou circuito não termina na compreensão da prática ou dos fenômenos. Suscita uma fase de volta à prática. O percurso da prática (ponto de partida) para a teoria (ponto de passagem) será completado com a volta à prática (ponto de chegada). A mediação das teorias permitira uma compreensão “**da**” prática “**para**” a prática (Cfr. SCHIMIED-KOWARZIK, 1988).

Em síntese, esse terceiro movimento, revela uma reversão dialética do circuito que inclui a superação de um primeiro movimento: das ciências e das disciplinas (ciências mães) para os fenômenos, da teoria para a prática, gerando a fase de ciências aplicadas (fase idealista). E também a superação de um segundo movimento: dos fenômenos para as ciências, da prática para a teoria, gerando a fase das ciências das práticas (fase pragmática). O terceiro movimento dialético consiste na passagem da prática para a teoria e da teoria para a prática, gerando uma tensão prática-teoria-prática (fase dialética).

A terceira controvérsia se refere às tendências da pesquisa e especificamente à composição do campo científico.

Assim como nas anteriores controvérsias também depende do jogo das primazias entre a prática ou a teoria. Quando a prática é tomada como o ponto de partida e a teoria se reduz apenas a uma justificativa, ou racionalização (ponto de passagem) para se retornar a prática (ponto de chegada), nesse caso, tem o predomínio das perspectivas pragmáticas e tecnicistas. Esse predomínio, na sua forma contemporânea, orientam decisões com relação à formação profissional aumentando as práticas e estágios e diminuindo os conteúdos teóricos ou as disciplinas de fundamentos. Como exemplos estão os currículos do curso de “normal superior” com 800 horas de atividades práticas

e a diminuição da carga horária das disciplinas relacionadas, tais como, a Filosofia, a Psicologia, a História, a Sociologia e a Política. Os tecnicismos e pragmatismos também se manifestam na pesquisa educacional no predomínio de levantamentos e estudos de caso, limitados ao relato de experiências assim como pesquisas sobre “O professor reflexivo”, onde não aceita a interferência de teorias, a não ser o olhar subjetivo sobre a própria prática. Neste caso, a teoria é desprezada ou recuada. Neste caso o *homo faber* predomina sobre o *homo sapiens*.

A retomada na pesquisa contemporânea do pragmatismo, ou do neo-pragmatismo na forma da denominada “epistemologia da prática” ou da pesquisa sobre o “professor reflexivo” se confronta com outro tipo de predomínio da teoria na retomada dos idealismos nas formas das “viradas linguísticas” e dos “jogos da linguagem”, aliás, tendências identificadas com os denominados pós-modernismos³. Nessas perspectivas, a linguagem, os discursos e as palavras se tornam o objeto principal da cognição e das pesquisas. Sua relação com a experiência e o mundo da prática e os contextos de sentido são desconsiderados⁴.

É exatamente no jogo de primazias entre a teoria e a prática (idealismos e pragmatismo) que hoje se anunciam os principais conflitos e “a crise dos paradigmas” da pesquisa em Educação Física. O debate sobre a “pós-modernidade” tem a raiz na compreensão da relação entre a teoria e a prática, ou diminuindo e recuando a teoria (neo-pragmatismo) ou reduzindo-a aos discursos e às linguagens (virada linguística).

Conclusões.

A necessidade de resgatar a relação entre teoria e prática na pesquisa científica considerando os contextos concretos da realidade social, nos alerta para a retomada da sua “radicalidade ontológica”, que, como anunciamos no início desta comunicação, se encontra na relação dos homens com a natureza e nos processos de produção do próprio homem como ser social transformador da natureza e das condições materiais: trabalho material (produtos, mercadorias) e transformador da sua própria condição humana (a educação processo do trabalho não material).

O trabalho entendido como ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é a essência do homem (ontologia do ser social). Nessa dimensão unificadora do trabalho deve-se entender a relação teoria e prática e

³ Cf. Jamerson, 1997.

⁴ O debate sobre os pós-modernismos foi objeto do IV Colóquio de Epistemologia da Educação Física cujos textos principais foram publicados no dossiê que tem por título Epistemologia e teorias da educação: as reações aos pós-modernismos. In Filosofia e Educação: Revista Digital Paideia, vol. 2, n. 3. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/rdp>

seus conflitos gerados na divisão do trabalho alienado e os processos históricos de superação e emancipação desse trabalho alienado.

A superação dialética da separação e dos conflitos entre a teoria e a prática supõe a compreensão da unidade dos contrários:

O que se opõe de modo excludente à teoria não é a prática, mas o ativismo. E o que se opõe de modo excludente à prática é o verbalismo e não a teoria. Pois o ativismo é a 'prática' sem teoria e o verbalismo é a 'teoria' sem prática. Isto é, o verbalismo é o falar por falar, o blá-blá-blá, o culto da palavra oca; e o ativismo é a ação pela ação, a prática cega, o agir sem rumo claro, a prática sem objetivo. (Saviani, 2008: 128).

A superação positiva de todas as formas do trabalho alienado através da práxis transformadora é tarefa educacional que exige uma “revolução cultural” radical para ser colocada em prática.

A superação das formas de destruição produtiva do capitalismo no passado e da produção destrutiva, hoje predominante (degradação da natureza e do meio ambiente, destruição da diversidade biológica e cultural, a destruição das condições do trabalho e da sobrevivência) exige a “efetiva transcendência da alienação do trabalho” e implica a universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana auto-realizável (inseparáveis) para ir além do capital (Mészáros, 2005).

Na perspectiva política, o desenvolvimento da Educação Física como campo científico e profissional deve lutar por uma maior qualificação dos educadores contra tendências e diretrizes que reduzem a prática profissional ao desempenho de tarefas técnicas e ao domínio de saberes práticos mínimos, sem a apropriação fecunda das teorias e saberes científicos acumulados e sem a capacitação criativa no domínio da pesquisa científica que leve à produção de novas respostas para as necessidades históricas da sociedade. Espera-se que dessa maneira a prática profissional se transforme numa prática política transformadora, visando à superação do trabalho alienado e da atual forma de produção destrutiva do capital.

Referências.

ASTORGA, O. et al. **La filosofía de la praxis:** de Labriola a Gramsci, Perfiles del Marxismo I. Caracas: Alfadi, 1986.

AUDI, R. **Dicionário AKAL de Filosofia.** Madrid: AKAI, 2004.

CHEPTULIN, A. **Dialética materialista.** São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

DUARTE, N. **Lukács e Saviani:** a ontologia do ser social e a Pedagogia Histórico-Crítica. Araraquara; UNESP, 2000, mimeo.

GRAMSCI, A. **Notas sobre Maquiavelo.** México: J. Pablos, s/d.

JAMERSON, F. **Pós-modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. 2ed. São Paulo: 1997.

- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- MARKOVIC, M. **Dialética de la práxis**. Buenos Aires: Amorrortu, 1968.
- MARX, K. Trabalho alienado e a superação positiva da auto-alienação humana. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã. 1o capítulo e separata das teses sobre Feuerbach**. Lisboa: Avante, 1981.
- MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Biotempo, 2005
- MÉSZÁROS, I. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- PALAZÓN MAYORAL, M. R. A filosofia da práxis segundo Adolfo Sánchez Vásquez. In: BORON, A. ; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Orgs.) **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular CLACSO, 2006.
- ROD, W. **La Filosofia dialéctica moderna**. Pamplona: Universidad de Navarra, 1977.
- SÁNCHEZ GAMBOA, S. **Epistemologia da Educação Física: as inter-relações necessárias**. 2ª ed. Maceió: edUfal, 2010.
- SÁNCHEZ GAMBOA, S. Teoria e Prática: uma relação dinâmica e contraditória. In: **Revista Motrivivência**. Florianópolis, ano 7, n. 8, dez., 1995, p. 31-45.
- SÁNCHEZ VÁSQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, CLACSO, 2007.
- SÁNCHEZ VÁSQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 2. ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1991.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007, 152-189.
- SCHIMMIED-KOWARZIK. **Pedagogia dialéctica**. São Paulo: Brasiliense, 1988.